



## BROCHIER - RS

---

### Lei nº 1.990/2025

**Categoria:** Leis Ordinárias

**Secretaria:** Administração e Fazenda

**Data de Publicação:** 19 de novembro de 2025

#### LEI Nº 1.990, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2025.

**Cria o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social e dá outras providências.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE BROCHIER**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 61, inciso IV, da Lei Orgânica do Município.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica criado o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social - COMHABIS -, em caráter permanente, como órgão de cooperação governamental, com a finalidade de auxiliar a Administração na implementação da política habitacional do Município.

**Parágrafo único.** O COMHABIS fica vinculado diretamente ao Gabinete do Prefeito.

**Art. 2º** Compete ao COMHABIS:

**I** - analisar a Política Municipal de Habitação, a ser proposta pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo e sugerir as diretrizes, estratégias e instrumentos, bem como as prioridades para o seu cumprimento, em especial na área de habitação de interesse social;

**II** - analisar os programas de alocação de recursos e sugerir as normas relativas a sua operacionalização;

**III** - opinar quanto as condições gerais referentes a limites, contrapartidas, prazos, atualização monetária, juros, seguros obrigatórios e os requisitos necessários à obtenção de empréstimo e financiamento;

**IV** - apresentar a política de subsídios do Programa Municipal de Habitação;

**V** - opinar quanto as garantias a serem exigidas dos tomadores de empréstimos, de forma a assegurar a liquidez dos pagamentos, bem como sugerir quem será o detentor do risco de crédito e suas responsabilidades perante o Fundo Habitacional Popular ou equivalente;

**VI** - sugerir as condições de atuação do Agente Financeiro Municipal, em conformidade com o estabelecido no Programa Municipal de Habitação;



## BROCHIER - RS

---

**VII** - sugerir as normas para registro e controle das operações com recursos do Fundo Habitacional Popular ou equivalente;

**VIII** - estimular o desenvolvimento de programas de pesquisa e assistência, voltados à melhoria da qualidade e à redução de custos das unidades habitacionais;

**IX** - dirimir dúvidas quanto à aplicação das normas regulamentares relativas ao Programa Municipal de Habitação nas matérias de sua competência;

**X** - elaborar o seu Regimento Interno;

**XI** - propor uma política de incentivo a associações e cooperativas habitacionais do Município, sem fins lucrativos;

**XII** - apoiar as iniciativas de regularização fundiária urbana, individuais ou coletivas, que tenham como fim áreas habitadas por população de baixa renda;

**XIII** - dar ampla publicidade das formas e critérios de acesso aos programas, modalidades de acesso à moradia, das metas anuais de atendimento habitacional, dos recursos previstos e aplicados identificados pelas fontes de origem, das áreas objeto de intervenção, dos números e valores dos benefícios e dos financiamentos concedidos, de modo a permitir o acompanhamento e fiscalização pela sociedade;

**XIV** - promover audiências públicas e conferências representativas dos segmentos sociais existentes, para debater e avaliar critérios de alocação de recursos e programas habitacionais.

**Parágrafo único.** Para o cumprimento do disposto no inciso II deste artigo a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda deverá comunicar, no final de cada exercício, o orçamento do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social para o exercício seguinte.

**Art. 3º** Nos programas habitacionais executados em conjunto com a União ou o Estado, ou por delegação destes, assim como no caso de recursos financeiros federais ou estaduais, competirá, ainda, ao Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social:

**I** - sugerir as áreas prioritárias para as alocações, no Município, dos recursos oriundos de fontes federais ou estaduais de financiamento;

**II** - verificar o enquadramento dos pleitos de financiamentos de projetos nos pré-requisitos do Programa Municipal de Habitação;

**III** - hierarquizar os pleitos enquadrados.

**Art. 4º** O Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social terá a seguinte composição:



## BROCHIER - RS

---

### **I - do Município:**

- a)** 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo;
- b)** 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social;
- c)** 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda;
- d)** 01 (um) representante do CRAS (Centro de Referência de Assistência Social).

### **II - da Sociedade Civil:**

- a)** 01 (um) representante das Associações Comunitárias do Município;
- b)** 01 (um) representante da Indústria da Construção Civil no Município;
- c)** 01 (um) representante do Conselho Regional dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos do Rio Grande do Sul (CREA/RS) ou do Conselho de Arquitetos e Urbanismo do Rio Grande do Sul (CAU/RS);
- d)** 01 (um) representante dos Sindicatos de Trabalhadores constituídos no Município.

**§ 1º** O Presidente do Conselho Municipal de Habitação será escolhido pelo Prefeito dentre os membros arrolados no inciso I deste artigo.

**§ 2º** Os representantes e respectivos suplentes serão indicados:

**I -** pelo Prefeito Municipal, no caso do inciso I, alíneas a, b, c e d;

**II -** pelas entidades respectivas, no caso do inciso II, alíneas a, b, c e d.

**§ 3º** Os conselheiros e respectivos suplentes terão mandato de 02 (dois) anos, admitida a recondução.

**Art. 5º** As decisões do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social - COMHABIS - serão tomadas por maioria simples de votos de seus conselheiros, com a presença, no mínimo, da maioria absoluta de seus membros.

**Parágrafo único.** O voto do Presidente somente será exigido em caso de empate.

**Art. 6º** A função de Conselheiro do COMHABIS é gratuita e considerada serviço público relevante prestado à comunidade.

**Art. 7º** Esta Lei será regulamentada por decreto do Executivo, no que couber.



## BROCHIER - RS

---

**Art. 8º** Os orçamentos anuais consignarão dotações específicas destinadas ao COMHABIS.

**Art. 9º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BROCHIER, 19 DE NOVEMBRO DE 2025.**

**JOSÉ HENRIQUE DAPPER**  
**Prefeito Municipal**

***Registre-se, e Publique-se:***

***Data Supra.***

**ANÉSIO SILVIO SCHERER**

**Secretário Municipal Administração e Fazenda**

**Anexos**

<http://brochier.rs.gov.br/uploads/legislacao/6511/NKgX-QANdEX7QZ-DXePzikbsHPnknfUa.pdf>